

Bloqueios à elevação salarial: crise estrutural do capital e heterogeneidade estrutural

Gustavo José Danieli Zullo¹

Sessões de Comunicação

Área: 7. Trabalho, Indústria e Tecnologia

Subárea: 7.1. Mundo do Trabalho

Resumo

As fragilidades da economia brasileira, subdesenvolvida e dependente, foram ainda mais aguçadas pelo processo de reestruturação produtiva, oriundo de um processo mais amplo de reorganização do capital, iniciado e operacionalizado nos países centrais pelas empresas transnacionais aí sediadas, ao final dos anos 1960. Todavia, é apenas nos anos 1990 que a economia brasileira sofreria com maior intensidade os efeitos desta crise, havendo perdas significativas de elos da cadeia produtiva e, com isso, da capacidade de gerar empregos que oferecem uma remuneração elevada diante da média nacional. Além disso, nota-se uma paulatina perda de autonomia das organizações sindicais, o que prejudica ainda mais a possibilidade de os trabalhadores combaterem os efeitos nocivos da desindustrialização sobre suas possibilidades salariais, conformando um contexto em que a queda da heterogeneidade estrutural torna-se ainda mais resistente.

Palavras-chave: crise estrutural; heterogeneidade; subdesenvolvimento; dependência.

Abstract

The weaknesses of the Brazilian underdeveloped and dependent economy were further sharpened by the productive restructuring process, from a broader reorganization of capital, started and operated in developed countries by transnational corporations in the late 1960s. But it is only in the 1990s that the Brazilian economy would suffer more intensely the effects of this crisis, with significant loss of production chain and, thus, the ability to generate jobs that usually offer a relatively high return on the national average. In addition, there is a gradual loss of autonomy of trade unions, which further impair the ability of workers to struggle the harmful effects of deindustrialization on your salary, constituting a context in which the structural heterogeneity's fall becomes even more resistant.

Key words: structural crises; structural heterogeneity; underdevelopment; dependence.

¹Mestrando em Desenvolvimento Econômico na Unicamp – área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

Introdução

Desde 1980, a estrutura do emprego no Brasil sofreu muitas reconfigurações, não tendo sido capaz de romper com a heterogeneidade que marca a economia. Ou seja, o subdesenvolvimento e a dependência que a caracterizam a recoloca continuamente em uma posição bastante vulnerável perante as reconfigurações do capitalismo mundial, o que nos leva a buscar as explicações da nova configuração do mercado de trabalho brasileiro em basicamente duas questões: a crise estrutural do capital, um fenômeno de repercussões mundiais, e a heterogeneidade estrutural, típico de países periféricos.

A crise estrutural do capital, processo que dava apenas seus primeiros passos nos anos 1960, reafirmou a incapacidade política, econômica e tecnológica dos países subdesenvolvidos e dependentes em controlar seu próprio destino. Uma vez mais o modo de produção capitalista evidenciou que sua força expansionista demonstrando pode reconfigurar estruturas produtivas e relações de trabalho em todo o mundo.² Assim, um de nossos intuitos é o de evidenciar aspectos econômicos da crise estrutural do capital, entendendo que tanto a reestruturação produtiva quanto a crise do sindicalismo seriam duas de suas expressões mais significativas.

A perda de elos da estrutura produtiva diminui a capacidade de a economia gerar empregos, o que foi bastante impactante na economia brasileira a partir dos anos 1990, período em que houve um forte crescimento das taxas de desemprego aberto no país. Neste decênio, vários estudos apontam para uma regressão considerável do emprego no setor secundário, motivado principalmente pela retração dos postos de trabalho na indústria de transformação, o que é tão mais grave porque estes empregos correspondem a alguns dos maiores salários da estrutura ocupacional.³ Já na década seguinte, apesar de o produto da economia brasileira ter crescido em praticamente todos os anos, o emprego industrial continuou a apresentar resultado pouco animador, seguramente em razão das transformações provocadas pela reestruturação produtiva acompanhada de aumento de seu coeficiente técnico, sendo que seu desempenho poderia ter sido pior se o governo federal não tivesse tomado medidas que favoreceram a

²Para a conceituação de crise estrutural do capital, ver Mézaros (2011). Para uma importante abordagem sobre a realidade brasileira, ver Caio Prado Jr. (2006), que já apontava para a incapacidade de o padrão brasileiro de desenvolvimento capitalista superar o subdesenvolvimento, acusando-o de recorrer contínua e necessariamente a mecanismos de acumulação primitiva. Nesse sentido, Florestan (2005, p. 24; 390) já afirmava que à burguesia brasileira, parceira menor nos negócios operados no país, cabia uma dominação que respaldasse a defesa e a manutenção de seus interesses econômicos e políticos.

³ Ver Pochmann (1999, p. 71-72).

manutenção de empregos, como a redução do IPI dos produtos da linha branca, localizadas predominantemente na região metropolitana de São Paulo.⁴

Quanto à heterogeneidade estrutural, e mais precisamente a sua variante no mundo do trabalho, nota-se ter havido um aumento do subemprego nos anos 1980, revertendo a trajetória verificada no período 1960-1980.⁵ A crise econômica que assolou a economia brasileira nos anos 1980 e a modernização tecnológica que tomou lugar no decênio seguinte asseguraram que novas formas de subemprego fossem inoculadas, o que basicamente poderíamos indicar como sendo suas velhas manifestações combinadas com o desemprego em massa.⁶

De todo modo, entendemos que as duas ordens acima mencionadas devem ser combinadas para a compreensão do aumento do desemprego aberto e do subemprego. A nova configuração da economia capitalista provocada pela reestruturação produtiva concorreu para desacelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira, contribuindo para um aumento da taxa de desemprego aberto e para o surgimento de novas formas de ocupação no setor terciário, geralmente em serviços de baixa produtividade e baixa remuneração, revertendo a novas formas de heterogeneidade estrutural.

1. Crise estrutural do capital

Primeiramente, seria prudente delimitar o alcance que daremos à expressão “crise estrutural do capital”. Antes de nos envolvermos perigosamente em um emaranhado de conceitos difusos e complexos, cabe salientar que esta análise não tem a intenção de apresentar uma interpretação própria acerca do mesmo. Tão somente nos dispomos a ressaltar os aspectos econômicos de duas de suas expressões fenomênicas mais importantes, que seriam i) a reestruturação produtiva, que contribuiu fortemente para que houvesse uma regressão das forças produtivas no Brasil desde pelo menos o princípio da década de 1990 e ii) o enfraquecimento dos sindicatos que, por sua vez, é parcialmente um desdobramento da perda de elos da cadeia produtiva ocasionada pela estratégia das empresas transnacionais.⁷

⁴ Ver Baltar *et. alli.* (2010, p. 6-8).

⁵ Ver Portugal Jr. (2012, capítulo 7).

⁶ Ver Portugal Jr. (2012, capítulo 8).

⁷ Estes apontamentos permitem a problematização de dois elementos que sustentam algumas interpretações já clássicas e influentes no pensamento econômico brasileiro, como a de Mello (2009) e Souza (1999). Estes julgavam que a economia brasileira, completada a industrialização pesada, teria alcançado a sua autodeterminação, o que asseguraria a continuação de ciclos endógenos de acumulação. O segundo destes autores, que escrevia no início dos anos 1980, deixou explícita a ideia de que, asseguradas essas premissas, restaria apenas a conquista de um ambiente institucional em que se pudesse desenvolver uma maior solidariedade orgânica entre Estado e organizações trabalhistas organizadas – tese denominada de *liberdade sindical* – para que a

Assim, feitas estas ressalvas em relação ao emprego do conceito de crise estrutural do capital, cabe agora enunciá-lo, muito brevemente, em linhas gerais.

De acordo com Mészáros, a crise do capital que experimentamos já desde os anos 1960, fundamentalmente estrutural, enlaçaria quatro aspectos principais que a caracterizariam.⁸ O primeiro destes consistiria no seu caráter universal, uma vez que, a cada momento em que se manifesta, não se pode dizer que está restrita a uma esfera particular, como por exemplo seriam o comércio e/ou a indústria. Em segundo lugar, seu alcance é verdadeira e assustadoramente global. Três: a crise não é passageira. Antes, pelo contrário, ela se prolonga no tempo a ponto de se tornar permanente, cuja manutenção não é despropositada nem despreziosa. Por fim, suas ocorrências não se dariam por meio de erupções e colapsos dramáticos, assumindo, na verdade, uma forma “rastejante”, ainda que sua “complexa maquinaria” empenhada na “administração da crise” e no seu “deslocamento” no tempo venha sendo usada com maior frequência e a despeito de sua eficácia vir diminuindo, o que evidenciaria o seu aprofundamento.

A crise estrutural do capital “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos que articula”,⁹ sendo que este complexo global está articulado de tal modo que o deslocamento de uma contradição em qualquer uma de suas três dimensões internas – produção, consumo e circulação – representa um risco à sua própria sobrevivência, que é o que vem acontecendo continuamente. E isso é tanto mais sério por conta do dinamismo e abrangência do capital financeiro, que articula e entrelaça as variadas formas de valorização do capital. Ao mesmo tempo, esta mesma abrangência potencializa as possibilidades de deslocar contradições sem que, contudo, as mesmas sejam resolvidas. A superação imediata de uma contradição quando é realizada com o intuito de superar (paliativamente) uma barreira particular não representa uma solução definitiva ao problema. A contradição é apenas reposta em novos termos, ampliados e complexificados. A grande força do capital em transcender suas contradições imediatas por meio de aumentos exponenciais em sua capacidade de autopropulsão, gera ou acirra outras

barganha coletiva se tornasse o mecanismo privilegiado da luta sindical em busca de maiores salários, uma vez que as condições técnicas para a consecução deste objetivo já teriam sido atingidas, o que, em boa medida, parte de interpretações que minimizam a influência do exército industrial de reserva na determinação dos salários – para uma visão sobre o exército de reserva que se opõe a de Souza, ver Oliveira (2003). Mais recentemente, identificamos que algumas análises, como a de Baltar & Proni (1996), Baltar et. alli. (2010) e Carneiro (2011), baseiam-se na existência de uma liberdade sindical, com o que estamos em desacordo, como ficará mais explícito ao longo do texto.

⁸Ver Mészáros (2011, p. 795-810).

⁹Ver Mészáros (1985, (p. 796-797).

contradições dentro de um mesmo espaço econômico e, simultaneamente, impõe as suas próprias contradições a outras regiões do planeta. Nesse sentido, Mészáros aponta para que o “que está realmente em jogo é o papel do trabalho no universo do capital, uma vez que se tenha alcançado um nível muito alto de produtividade”.¹⁰ Tais análises, quando usadas como norte para compreendermos as transformações passadas no espaço econômico brasileiro desde a década de 1980, quando a máquina administrativa da crise exige da economia brasileira esforços que lhe comprometem seriamente e porque as estratégias competitivas das empresas transnacionais acabaram por desfavorecer o encadeamento do parque industrial instalado no Brasil, contribuído significativamente para a elevação da taxa de desemprego e para uma piora generalizada da estrutura ocupacional, como ficará mais claro na segunda seção deste artigo.

Um de seus fenômenos econômicos mais importantes foi, sem dúvida, o processo de reestruturação produtiva, que constitui na migração de boa parte das unidades fabris localizadas em países com legislações e organizações trabalhistas organizadas para países em que havia uma massa de trabalhadores que poderia ser contratada a baixo custo.¹¹ Era necessário dar uma resposta às evidências de esgotamento do padrão de acumulação, que emergiam sob a forma de aumento do preço da força de trabalho, retração do consumo, desemprego estrutural, intensificação dos movimentos sociais e trabalhistas, acirramento da concorrência internacional seguido de queda da taxa de lucro de grandes empresas, crescentes pressões para romper com as regulações tipicamente keynesianas que impediam uma circulação mais livre do capital financeiro, etc.¹² É então que, a partir dos anos 1970, as grandes empresas buscam reduzir seus custos e expandir seus negócios, o que culminou num processo que reorganizou suas unidades produtivas em todo o mundo, incidindo na taxa de desemprego e nas instituições e legislações trabalhistas dos países que viam sua indústria minguar, sendo que, no Brasil, além do aumento do desemprego aberto, foi observada a flexibilização das relações de trabalho,¹³ o que contribuiu para debilitar severa e duradouramente as práticas sindicais mais combativas.

¹⁰Ver Mészáros (2011, p. 802).

¹¹Ver Harvey (2003, p. 185).

¹²Ver Antunes (2009, p. 31-36). Dentre as ameaças elencadas pelo autor, há uma que preferimos relativizar: a queda (tendencial) da taxa de lucro. Ainda que afirmar seu potencial desestabilizador seja tentador, chamamos a atenção para uma ponderação de Moïse Postone (2007, p. 17). Este autor afirma que, ao invés de o teorema das taxas de lucro declinantes indicar um limite, expressaria, na verdade, a superfície de uma dinâmica histórica fundamental, que apontaria para o aumento da diferença entre a estrutura do trabalho e da vida social na vigência do capital e o que poderia ser estruturado em sua ausência, o que seria consonante com a emergência de novas formas de organização e de estranhamento do trabalho que se tornam tão mais saliente quanto mais avança as pressões e imposições do modo de produção capitalista nos países pobres e, mais recentemente, ricos.

¹³Aqui, seguimos a conceituação empregada por Krein (2009, p. 199), onde o autor explicita que “a preferência pelo conceito de flexibilidade justifica-se por ficar mais ajustado à realidade brasileira, que não conheceu, com exceção da previdência e dos

1.1 Reestruturação produtiva

O padrão de acumulação que se esgotava já nos anos finais da década de 1960 marcou o fim de um período particularmente opulento da economia capitalista – os chamados Anos Dourados. Liderados pelos EUA, economias já industrializadas na Europa Ocidental e o Japão experimentaram anos de grande crescimento econômico e de desenvolvimento tecnológico, o que foi facilitado pelo fato de que, em sua maioria, aquele período foi baseado em tecnologias maduras.¹⁴ O planejamento econômico de alguns países, inspirados pelo modelo soviético, concorreu para que algumas empresas alcançassem ou mesmo superassem seus concorrentes estadunidenses, que até então eram tecnologicamente soberanos no bloco capitalista.¹⁵ Já no plano monetário, o dólar era ameaçado enquanto moeda chave do sistema financeiro internacional. É então que, para combater este processo, o Estado estadunidense passou a tomar medidas drásticas nos campos da política monetária já em 1971, quando foi decretado o fim da conversibilidade do dólar em ouro com o intuito de afastar os ataques especulativos a sua moeda, processo este que seria decididamente finalizado apenas em 1979, quando foram elevadas as taxas de juros da dívida pública dos EUA.

O processo de ruptura com Bretton Woods, portanto, já estava avançado, tendo sido a esfera financeira fundamental. Nesse sentido, é importante assinalar que a instabilidade monetária dos sessenta foi possível graças a um mercado monetário e financeiro, surgido em 1958, que comprometeria toda a institucionalidade que sustentava aquele padrão de regulação. Este era o Euromercado de moedas, que se configurava como um mercado interbancário que conectou os mercados nacionais, aproveitando-se e alargando brechas de um rígido controle sobre a movimentação de capitais. Com isso, era impulsionada a formação de um circuito intrabancário de livre movimentação de capitais que possibilitaria a construção de um novo arranjo produtivo em que a valorização de capital dependeria menos dos espaços nacionais.¹⁶ Assim, dadas as necessidades, as finanças ganharam em sofisticação— ou seja, mecanismos financeiros de valorização da riqueza foram ampliados. Nesse sentido, Brenner evidencia que, entre os períodos de 1950-1965 e 1990-1996, a média de lucros retidos pelas corporações do

servidores públicos, uma desregulamentação de direitos, mas assistiu à introdução de novas regulamentações que ampliaram a flexibilidade nos elementos centrais das relações de emprego”.

¹⁴Ver Tavares (1985, p. 8-9).

¹⁵Ver Hobsbawm (2008, p. 253-281).

¹⁶Ver Chesnais (2005).

setor manufatureiro passou de 74,5% a 40,5%, enquanto a distribuição de dividendos saltou de 24,5 para 35,7%.¹⁷

Passado o período de maiores transformações institucionais com vistas a estabelecer um novo padrão de regulação internacional da economia, o mundo capitalista volta a presenciar um novo período de crescimento econômico ancorado na retomada da economia estadunidense. Nesse sentido, talvez um dos setores de maior importância para essa retomada, e que recebeu especial atenção do Estado, foi a indústria bélica. Seus vínculos com as indústrias civis tornam seu desenvolvimento passível de comercialização, o que foi importante em um momento de endurecimento da concorrência no mercado mundial. Ademais, atividades eminentemente financeiras, como fusões e aquisições, foram particularmente úteis na ampliação do controle dos EUA sobre a economia mundial, pois o controle acionário de concorrentes e de fornecedores estratégicos permite a obtenção de contratos vantajosos, mantendo lucrativas as atividades de seus negócios, sem que isso incorra necessariamente em aumento dos investimentos produtivos.¹⁸ A ampliação da concentração e da centralização de capitais possibilitada pelo rompimento de Bretton Woods ensejou uma nova divisão internacional do trabalho, agora direcionada à distribuir em escala global a produção, dispersando suas unidades em diferentes países, ao mesmo tempo em que a matriz permaneceu como a encarregada do desenvolvimento tecnológico.¹⁹ Nas palavras de Hobsbawm,

“começou a surgir, sobretudo a partir da década de 1960, uma economia cada vez mais transnacional, ou seja, um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores.” (HOBSBAWM, 2008, p. 272, grifo do original).

“a principal função dessas empresas era ‘internalizar mercados ignorando fronteiras nacionais’, isto é, tornar-se independente de seu Estado e território. Muito do que as estatísticas (ainda basicamente coletadas de país em país) mostram como importação ou exportação é na verdade comércio interno dentro de uma entidade transnacional como a General Motors, que operava em quarenta países.” (HOBSBAWM, 2008, p. 273-274, grifos do original).

¹⁷Ver Brenner (2006, p. 380).

¹⁸Sobre o maior imbricamento entre capital, Estado e indústria bélica, ver Mészáros (2011, p. 1078-1093). Para as porfias internacionais relativas à questões financeiras e monetárias, ver Tavares (1985).

¹⁹Ver Hadler (2009, p. 57).

A reestruturação produtiva foi um processo de escala global, insidindo com grande peso sobre os países com possibilidades econômicas, políticas e tecnológicas relativamente pequenas para superá-la ou para participar minimamente da administração de seu ritmo e alcance, como o Brasil. Ademais, em razão dos desafios impostos pela crise da dívida, o financiamento da indústria nacional minguava em um momento crucial para a manutenção do nível de empregos, o que comprometeria sua estrutura já nos anos 1980, quando a sustentação do nível de ocupação passou a ter maior dependência da capacidade de absorção das atividades terciárias, o que seria reforçado na década seguinte.²⁰

Nos anos 1990, quando a reestruturação produtiva se impõe com mais força na economia brasileira, o modelo liberal de crescimento econômico adotado pelo Estado e estimulado por órgãos multilaterais se mostrou altamente pernicioso às aspirações de retomada do crescimento da indústria de transformação e, principalmente, do emprego. Mesmo nos períodos de expansão da atividade industrial, o emprego, quando aumentava, o fazia em uma proporção inferior à produção. Afinal, parte considerável da produção doméstica de produtos intermediários e de bens de capital foi substituída por importações, respeitando o comércio interno e internacional das empresas transnacionais.²¹

As empresas transnacionais passam também a impor a seus empregados novos programas de gestão da produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica que reduziriam ainda mais a necessidade de um grande volume de trabalhadores diretos na produção, intensificando a extração de mais-valor ou, de outro modo, o ritmo e intensidade do trabalho sem que haja uma compensação salarial compatível e, o que é ainda mais sofisticadamente cruel, inculcando uma ideologia que faz o trabalhador não se ver na posição antagônica com o patrão, pois assume a identidade de colaborador.²² Ademais, cresceram significativamente as formas de subcontratação, como a terceirização e outras formas escamoteadas de vínculo empregatício, o que também contribuiu para a redução do nível médio de remuneração do trabalho.

Nessas duas décadas, as promessas de que a modernização do parque industrial era necessária e de que os empregos gerados por tal processo resultariam em uma estrutura melhor não foram concretizadas. Pelo contrário, a economia brasileira deixou de estimular e de incorporar novas tecnologias, o que contribuiu para prolongar o desencadeamento de elos da

²⁰Ver Baltar, Dedecca e Henrique (1996, p. 93).

²¹Ver Pochmann (2006, p. 66-73).

²²Ver Antunes (2009, p. 54-61).

cadeia produtiva – parafraseando Marx, primeiro como tragédia, depois como farsa.²³ Como resultado, a década de 1990 deixou um legado pouco promissor aos anos 2000, período em que a continuação da queda da produção da indústria de transformação levou a uma diminuição ainda maior do emprego industrial.²⁴ Ou seja, a administração da crise estrutural do capital, orquestrada internacionalmente pelas grandes corporações e pelos Estados nacionais política, econômica e militarmente influentes, vem reduzindo a participação da produção brasileira no abastecimento de seu próprio mercado interno, cada vez menos integrado e mais dependente da produção externa.

1.2 Debilitamento da atuação sindical

Sindicatos em todo o mundo vêm sofrendo revezes sistemáticos desde pelo menos os anos 1970, quando a reestruturação produtiva servia como uma forma de disciplinar e desmobilizar os trabalhadores, uma vez que se reuniam menos trabalhadores em uma mesma unidade produtiva ao mesmo tempo em que as unidades se distanciavam umas das outras, dificultando a reação operária e mesmo reduzindo sua força quando mobilizada. A ofensiva do capital levou a que o trabalho adotasse comportamentos defensivos, o que quer dizer que as preocupações estavam mais voltadas à manutenção de antigas conquistas do que ao estabelecimento de novas. Dentre os sintomas mais fortes desse refluxo das organizações trabalhistas, citamos aqui a redução nas taxas de sindicalização, o recuo das greves e as dificuldades crescentes para serem obtidos ganhos salariais significativos.²⁵ Além disso, surgiram novas formas de emprego e outras tantas formas precárias ganharam vulto, dificultando ainda mais o ajustamento de antigas práticas sindicais ao novo mundo que surgia.

A crise internacional do sindicalismo ainda trouxe consigo uma outra característica que nos parece fundamental, que é o abandono progressivo da perspectiva de construção de um projeto que tenha no horizonte uma transformação estrutural que recusa radicalmente a lógica do capital – no Brasil, isto pode ser observado, por exemplo, pelo acesso de centrais sindicais a fundos público-estatais, como o FAT, pelo gerenciamento especulativo de fundos de pensão e

²³Ver Pochmann (2001, p. 95).

²⁴Ver Baltar et. alli. (2010, p. 13-15; 31-32).

²⁵Ver Santos (2006, p. 448).

pela adesão dos trabalhadores à PLR e demais envolvimento participativos no interior da empresa, como aqueles relacionados ao controle de qualidade.²⁶

As barganhas coletivas têm sofrido fortes abalos nos países industrializados já desde a década de 1980. Não apenas a deslocalização produtiva ameaça como também a aprovação de decretos e emendas legislativas vêm retirando uma série de direitos trabalhistas antes garantidos e conquistados através de luta intensa. Como exemplos, citemos alguns fatos transcorridos na Itália sob o governo de Berlusconi, que assumiu em 2001: maior maleabilidade das regras para o enquadramento do trabalho temporário e de tempo parcial, mudanças destinadas a reduzir o papel desempenhado pelas negociações por ramos de atividade em benefício de contratos individualizados e a regressividade do salário desemprego ao mesmo em que se condiciona seu recebimento à participação do beneficiário em programas de formação.

Também o setor público desses países é atingido. Sempre uma categoria resistente, os funcionários públicos são minados pelo discurso governamental e midiático, que os acusa de serem “privilegiados”. Ou seja, até mesmo a categoria mais estável no emprego vem padecendo de maior instabilidade a partir da introdução de uma lógica empresarial nos serviços públicos, geralmente seguida de demissões. Assim, somada a um aumento da intensidade no trabalho, ao aprofundamento da flexibilização e a maiores riscos de se perder o emprego, é patente que este processo contribui para uma menor mobilização sindical e perda de poder de barganha das organizações sindicais.²⁷

Já no Brasil, onde o movimento sindical ressurgiu com bastante força ao final dos anos 1970, a crise também se instalou nos anos 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Daí em diante, as maiores centrais sindicais do país adotam uma postura pragmática, de “cariz neocorporativo”, o que somente foi acentuado na década seguinte.²⁸ A absorção da lógica empresarial foi bastante significativa, extrapolando o mundo sindical. Meios de comunicação em massa, universidades e escolas também adotaram grandemente os discursos da (in)empregabilidade, do aprimoramento da formação individual, etc. Com isso, o discurso sindical vem se tornando incapaz de oferecer algo para além de sua associação aos interesses corporativos. Mesmo a CUT-Central Única dos Trabalhadores não foge à regra, engrossando o coro das organizações sindicais que perderam do horizonte uma contestação anticapitalista, o que

²⁶Ver Santos (2006, p. 451).

²⁷Ver Santos (2006, p. 456-459).

²⁸Ver Alves. (2006, p. 461).

se deve, em alguma medida, ao enfraquecimento da utopia socialista após a queda do Muro de Berlim. Abriu-se espaço para a introjecção de ideologias liberais no sindicalismo brasileiro, cujo símbolo maior foi o nascimento da Força Sindical-FS, em 1991, ano em que o conservadorismo político e econômico reagiu mais abertamente.

A burocratização sindical e sua tendência a tomar posições conciliadoras se aprofundam, para o que o medo do desemprego e o avanço implacável da terceirização seguramente jogaram papel importante. Mais ainda, houve uma revisão ideológica perceptível em vários cantos do mundo que direcionou os sindicatos a abandonarem velhas práticas combativas em detrimento do corporativismo. De outro modo, o sindicalismo hegemônico está sujeito aos ditames dos interesses corporativos do Estado e das grandes empresas, o que evidencia o abandono de um projeto que, nos anos 1980, visava contribuir para a construção política do processo social do país. Hoje prevalece o setorialismo.

Mais precisamente desde 1994, quando todo o programa envolvido com a estabilização monetária se associou a um processo mais geral de desindustrialização, houve uma disparada do desemprego aberto, o que fez com que as negociações coletivas perdessem a força conquistada na década anterior, passando por uma descentralização. Assim, antes de se estabelecer uma luta baseada na categoria trabalhista, as negociações passaram a ocorrer ao nível da empresa, evidenciando que a tendência que emergira em meados dos 1980 torna-se hegemônica.²⁹ Esta tendência, como apontam dados do DIEESE, não representou resultados significativos. Ainda que as negociações por reajustes salariais tenham apresentado maior efetividade entre os anos 2008 e 2010, o que é um período limitado, menos de 5% das negociações deste ano alcançaram um ganho acumulado superior ao do PIB, que foi de 12,5%. A maioria dos reajustes se concentra em aumentos que variam entre 0,1% e 2% acima da inflação. A maior parte do aumento na renda ficou mesmo por conta os benefícios financeiros que não os salários, como a participação nos lucros e resultados da empresa.³⁰

Tampouco parece animador o prognóstico de futuras negociações. Não apenas porque o crescimento econômico vem desacelerando desde 2011, fruto da permanência da crise da economia mundial, mas também por conta de propostas que tramitam no Congresso, especialmente a ACE-Acordo Coletivo Especial. Segundo Galvão, a aprovação desta iniciativa,

²⁹Ver Alves (2006).

³⁰Ver DIEESE (2012, p. 291-3010).

originada do sindicato dos metalúrgicos do ABC, representará um retrocesso.³¹ Privilegiar o negociado sobre o legislado pode representar um perigo a todas as categorias e sindicatos de pouca força, facilitando a perda de direitos, sobretudo em contextos de crise e/ou queda do produto.

Isso significa que não apenas a legislação trabalhista e social vem sendo desrespeitada como a mesma vem sofrendo um processo de desmonte, o que ocorre com a aquiescência das duas maiores centrais sindicais brasileiras – CUT e FS. Apesar de suas tensões e divergências passadas, estas duas organizações aproximaram-se bastante no governo Lula, quando passaram a constituir base de apoio do governo Lula. O comportamento destas tem se caracterizado cada vez mais por centrar as negociações com o Estado e o patronato através de reuniões de cúpula, centralizadas pelo Fórum Nacional do Trabalho-FNT, o que dilui a autonomia sindical. Seus resultados já puderam ser sentidos com a criação do banco de horas que, na prática, flexibiliza a jornada de trabalho. Também o Relatório do Fórum, de março de 2004, ao estabelecer limites mínimos em patamares relativamente altos de representatividade que a central deve ter no território nacional para que tenha o direito de receber o repasse do imposto sindical, caminha no sentido de enfraquecer o trabalho e sua representação legítima perante as reivindicações da base sindical. Por essas e outras, ocorreu uma cisão no movimento sindical que motivou a criação de novas organizações mais a esquerda, como a Conlutas-Coordenação Nacional de Lutas e a Intersindical, ainda que a representatividade destas não tenha alcançado uma participação elevada.³²

A CUT e a FS pautam abertamente suas condutas pautadas na crença de uma aliança solidária entre capital e trabalho, como propusera Souza (1999). Os interesses em comum entre estas duas classes selaria a opção pelos acordos tripartites, onde se discutem e influem nos rumos da política econômica, tal como aconteceu nas discussões sobre a redução do IPI-Imposto sobre Produtos Industrializados de automóveis, de eletrodomésticos da linha branca, valorização do salário mínimo, etc.

“Assim, essas centrais priorizam a negociação com o governo, optam por canalizar a pressão sobre o Parlamento e por realizar acordos patronais. Não há confronto aberto com o governo, nem se cogita uma

³¹Ver a entrevista de Andreia Galvão (2012).

³²Ver Galvão (2010) e Antunes (2006).

greve geral, por exemplo. Prevalece uma perspectiva propositiva, ainda que haja cláusulas interessantes do ponto de vista da resistência ao neoliberalismo (a defesa da manutenção e ampliação de direitos). Por outro lado, o apoio ao governo impede essas centrais de apresentarem reivindicações mais ousadas: limitam-se a reivindicações viáveis e críticas pontuais, na linha do sindicalismo propositivo” (GALVÃO, 2010, p. 17-18).

2. Apontamentos sobre a dinâmica do mercado de trabalho, 1980-2010

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, cabem algumas explicações acerca da metodologia que aplicaremos, que se valem amplamente dos conceitos *heterogeneidade estrutural* e *subemprego*, além de expormos brevemente o critério selecionado para calculá-lo estatisticamente com base nos CENSOS DEMOGRÁFICOS de 1980, 1991, 2000 e 2010.

O conceito de subemprego, tal como pensado por Octávio Rodríguez e inscrito dentro do arcabouço teórico cepalino, busca dar conta das peculiaridades das economias subdesenvolvidas, onde a subutilização do trabalho é volumosa e prolongada no tempo, o que permite com que isto se configure em um caráter estrutural e mesmo definidor das economias periféricas. Essas características, portanto, comuns a todas as economias capitalistas. Os países periféricos, por conta de razões tecnológicas, financeiras e políticas, não teriam a capacidade de modernizar de modo homogêneo a sua estrutura produtiva, valendo-se continuamente de mão-de-obra mal remunerada e empregada em atividades de baixo nível de produtividade, conformando um tipo de industrialização dependente e que tende a repôr-se a si mesma sob novas formas. O próprio desenrolar desse processo, associado às mudanças que se processam no âmbito mundial do capitalismo, reproduz e coloca em novos termos a heterogeneidade estrutural.³³

Mais diretamente sobre a utilização do trabalho em uma estrutura como a acima apresentada, pode-se afirmar que seria constante a presença de população parcial ou totalmente ocupada em atividades econômicas de baixa produtividade – o que significa dizer que são atividades cuja dotação de capital é baixa e que, por isso, não teriam capacidade para proporcionar uma expansão da atividade. Todavia, nem todos os ocupados o estariam em tais condições, pois as condições técnicas que prevalecem na economia brasileira são extremamente heterogêneas.

³³Ver Portugal Jr. (2012, p. 37-39; 85-89).

Ainda que a economia brasileira seja muito mais complexa que uma simples economia dual,³⁴ existe uma heterogeneidade que permite com que se a classifique em, de um lado, um pólo que concentra uma grande quantidade de pessoas ocupadas em trabalhos cujas possibilidades de remuneração são muito baixas e, de outro, setores modernos relacionados à produção para os mercados interno e externo e que empregariam uma quantidade relativamente menor de trabalhadores e melhor remunerados. Além disso, os setores modernos estariam localizados muito concentradamente, em algumas poucas regiões do território nacional, o que configura também uma desigualdade regional muito grande, onde a concentração regional da renda acabou por se tornar em um elemento que incentivou migrações internas, muitas vezes relacionadas também à estrutura rural brasileira, baseada na grande propriedade e muito frequentemente associada à produção para exportação. Seria necessário, então, não apenas a homogeneização nacional do volume de capital empregado na produção como também seria necessário articular a resolução do mercado de trabalho urbano com o mercado de trabalho rural, pois as zonas rurais, onde a maior parte dos trabalhadores está ocupada em atividades econômicas de baixa produtividade e constantemente pressionada pela expansão dos grandes proprietários, acaba por se tornar um grande provedor de força de trabalho para as atividades secundárias e terciárias localizadas nas cidades – grandes, médias e pequenas –, onde já havia uma considerável população subempregada ou desempregada.³⁵

Já do ponto de vista estatístico, o subemprego é mensurada indiretamente por meio da remuneração, que estabelece o limite entre o que é de baixa e o que é de média e alta produtividade. O critério básico para definir uma atividade como portadora de subemprego seria o fato de a mesma remunerar mensalmente até dois salários mínimos. Se a renda auferida pelo empregador ou pelo trabalhador conta própria for de zero a dois salários mínimos, o mesmo será categorizado como subempregado. Por sua vez, os empregados domésticos e os sem-remuneração são, por definição, subempregados. Já os demais ocupados que serão considerados subempregados são justamente aqueles que trabalham para os empregadores que auferem até dois salários mínimos.³⁶ O restante é captado por diferença, uma vez que se conhece a população ocupada total.

³⁴Ver Pinto (1976, p. 45).

³⁵Ver Portugal Jr. (2012, p. 236-265). Para a questão agrária e suas relações com a exploração do trabalho, ver Prado Jr. (1979, p. 9; p. 71).

³⁶Ver Portugal (2012, p. 401-403).

Esta metodologia alternativa oferece a vantagem de captar mais claramente a dinâmica do mercado de trabalho porque abrange os setores primário, secundário e terciário, ao invés de focar as análises apenas na dinâmica industrial, como usualmente é feito. Isto permite, por exemplo, a observação de fluxos de trabalhadores rurais pobres para as cidades nos momentos de modernização das produções agrícolas, tal como ocorreu intensamente no Brasil em meados do século XX e como vem ocorrendo com as produções de cana-de-açúcar, no estado de São Paulo.³⁷ Ou seja, esta metodologia procura destacar a intersecção entre a dinâmica global do mercado de trabalho e a dinâmica da ocupação nos diferentes setores, evidenciando, portanto, as migrações setoriais e regionais da população trabalhadora. De outro modo, é uma maneira de captar o movimento do mercado de trabalho em conjunto com a dinâmica da heterogeneidade estrutural, mais ligada à ideia de desenvolvimento, ao invés de concentrar a atenção nas possibilidades de o crescimento econômico transferir alguma parcela da população trabalhadora a estabelecimentos com maiores possibilidades de reprodução ampliada, normalmente identificados como estabelecimentos que formalizam seus empregados. Ademais, com uma análise mais abrangente, que apreende a dinâmica global dos três setores da economia, sobretudo porque incluída a agricultura, evita-se cair em análises que concentrem todos os seus esforços na compreensão da dinâmica industrial, como se sua evolução fosse a única responsável pela dinâmica do mercado de trabalho e, em boa medida, dos salários. Ademais, ao fornecer uma análise dinâmica do mercado de trabalho e por estar pautada em uma análise global dos setores da economia, possibilita uma certa visão de políticas públicas, mais afinada com as mudanças de longo prazo de uma economia estruturalmente heterogênea e dependente.

A ideia de subemprego, portanto, está profundamente amparada pela noção de heterogeneidade estrutural, como expõe por Portugal Jr.:

“a definição de heterogeneidade estrutural, e sua associação com o conceito de subemprego, refere-se à existência de ocupações desempenhadas com baixos níveis de produtividade do trabalho em certas atividades econômicas, à elevada participação relativa dessas ocupações na PEA ocupada no setor respectivo e na economia como um todo e, finalmente, à manutenção de ambos os fenômenos no longo prazo.” (PORTUGAL Jr. 2012, p. 398).

³⁷Ver Baccarin, et. alli. (2013).

A partir da década de 1980, de acordo com Portugal Jr., houve um refluxo na trajetória do subemprego, que desde os anos 1950 apresentava um refluxo bastante significativo.³⁸ Em função de fenômenos já mencionados acima, os quais conduziram o país a uma situação econômica delicada, voltam a crescer tanto o desemprego quanto o subemprego, o que é tão mais grave por conta da queda do valor do salário mínimo real, o que é observado no Gráfico 1.³⁹

Entre 1980 e 1991, a participação da variante urbana do subemprego passa de 44,7% a 47,5%, o que significa dizer que houve um acréscimo de dez milhões de subempregados, tendo sua cifra passado de 5,4 para 17,6 milhões— ver Tabela 1. Desse aumento, as parcelas arcaicas dos setores secundário e terciário apresentaram um aumento bastante expressivo no seu número de subempregados, tendo destaque também os serviços modernos, que tiveram, pela primeira vez, alguma participação de subemprego no total de seus ocupados, ainda que pequena (3,5%) — ver Tabela 2 e Tabela 3. Ou seja, este foi um período muito ruim do mercado de trabalho, com poucas oportunidades de emprego que oferecessem condições de remunerar adequadamente a população trabalhadora.

Por outro lado, nos anos 1990, a reestruturação produtiva incide mais diretamente sobre o país, forçando inclusive uma redução do crescimento do produto. A estratégia das empresas transnacionais levou a uma queda duradoura das taxas de emprego na indústria e demais atividades relacionadas. Assim, com a redução do emprego no setor secundário, as estratégias de sobrevivência no mercado de trabalho urbano direcionaram boa parte da força de trabalho a encontrar ocupação no setor terciário. Isto, somado ao fato de que houve uma redução significativa do subemprego no setor primário, levou a que a tendência de urbanização do subemprego fosse acentuada, o que pode ser observado quando observados comparativamente os números absolutos de subempregados entre 1980 e 2000, quando estes mais que dobraram, como pode ser visto na Tabela 1.

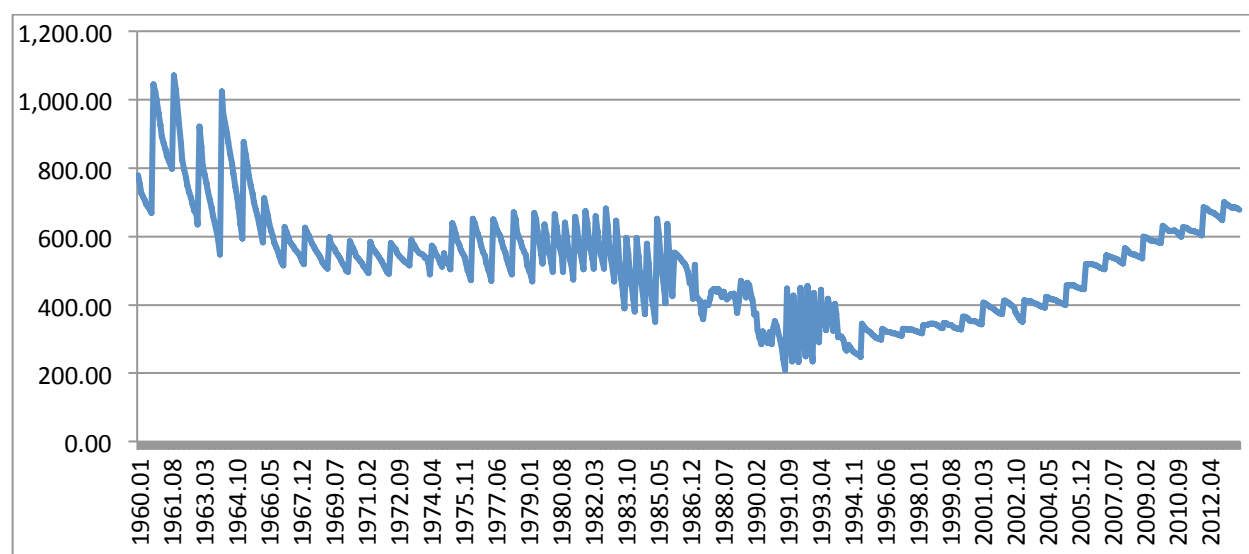
Ainda com relação à década de 1990, nota-se que o crescimento das atividades de baixa produtividade no terciário, em grande medida, ficaram por conta dos serviços pessoais e similares, mantendo algo que se poderia chamar de uma antiga tradição brasileira, o que já fora devida e ironicamente colocado por Machado de Assis: “para dar empregos aos libertos que não quiserem ficar na agricultura; isto é o meu plano: aumentar o número de criados de servir, de tal

³⁸Ver Portugal Jr. (2012, p. 236-320).

³⁹Ver Portugal Jr. (2012, p. 401).

maneira que ninguém tenha menos de três, ainda à custa de grandes sacrifícios.”.⁴⁰ Este subsetor foi responsável por aproximadamente de 3,8 milhões de novas ocupações de baixa produtividade entre 1980 e 1991. Ademais, o crescimento do subemprego parece não ter sido suficiente para que todos encontrassem ocupação em meio ao processo de desindustrialização acompanhado de baixo e instável crescimento do PIB – nesse período, o ritmo de expansão do desemprego foi maior que o do subemprego.

Gráfico 1
Evolução do Salário Mínimo Real (valores em R\$), 1960-2013



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

Tabela 1
Distribuição e participação do subemprego, emprego e ocupação, Brasil

	Subemprego			Emprego			Ocupação		
	Urbano	Agrícola	Total	Urbano	Agrícola	Total	Urbano	Agrícola	Total
(em milhões de pessoas)									
1980	5,4	6,7	12,1	24,0	5,9	29,9	29,4	12,5	41,9
1991	17,6	8,8	26,4	25,2	3,8	28,9	42,7	12,6	55,3
2000	12,0	7,1	19,1	41,5	5,0	46,6	53,5	12,1	65,6
2010	16,8	7,5	24,3	57,3	4,8	62,0	74,1	12,3	86,4
(%)									
1980	44,8	55,2	100,0	80,3	19,7	100,0	70,1	29,9	100,0
1991	66,6	33,4	100,0	87,0	13,0	100,0	77,3	22,7	100,0
2000	62,9	37,1	100,0	89,2	10,8	100,0	81,5	18,5	100,0
2010	69,2	30,8	100,0	92,3	7,7	100,0	85,8	14,2	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria

⁴⁰Crônica de 27 de abril de 1888, de Machado de Assis, *Bons dias! Crônicas (1888-1889)*, apud. Barbosa (2008, p. 132).

Nos anos 2000, o emprego não cresceu a um ritmo mais elevado que o da PEA, apesar de ter sido acompanhado por alguns anos de crescimento contínuo do produto, entre 2004 e 2010. Neste mesmo período, os dados dos Censos apontam para uma queda muito tímida da heterogeneidade, apesar do significativo decréscimo da taxa de desemprego – ver Tabela 3.

Neste último ano, ainda que o número de novos empregos urbanos tenha sido maior que ao de seu equivalente de baixa produtividade, o ritmo da expansão deste foi superior – 40,4% contra 37,9% – ver Tabela 4. Assim, se na década de 1990 a queda mais elevada do desemprego em relação à do subemprego pode ter significado algo próximo a um limite da capacidade de sobrevivência no mercado de trabalho, o seu comportamento nesta última década pode indicar que a economia teve forças para reverter apenas uma pequena parcela de desempregados em empregados, restando à maioria das novas ocupações a baixa produtividade. De outro modo, o ligeiro decréscimo da heterogeneidade indica que o crescimento do produto esteve baseado na expansão de empregos de baixa produtividade em praticamente todos os setores de atividade, sobretudo por conta da construção civil (28,1%), que apresentou um aumento de aproximadamente 8,4 pontos percentuais com relação à pesquisa anterior – ver Tabela 2. O crescimento econômico, ancorado em uma produção industrial menos integrada, não foi capaz de reduzir substancialmente a heterogeneidade do mercado de trabalho, grandemente reflexo da transferência de elos produtivos sofisticados a outras localidades.

Tabela 2
Participação do emprego e do subemprego no setor secundário, Brasil (%)

		Indústrias Manufatureiras			Construção Civil	Mineração e SIUP*	Total do Setor Secundário
		Tradicional	Dinâmica	Total			
1980	Emprego	92,4	99,3	94,8	84,4	84,8	91,6
	Subemprego	7,6	0,7	5,2	15,6	15,2	8,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1991	Emprego	64,6	89,2	72,7	64,7	79,7	70,6
	Subemprego	37,6	10,9	27,3	35,3	20,3	29,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2000	Emprego	84,9	96,9	86,6	80,3	92,6	84,7
	Subemprego	15,1	3,1	13,4	19,7	7,4	15,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2010	Emprego	84,8	98,7	86,6	71,9	88,9	81,5
	Subemprego	15,2	1,3	13,4	28,1	11,1	18,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

* Serviços Industriais e de Utilidade Pública.

Tabela 3

Participação do emprego e do subemprego no setor terciário, Brasil (%)

Anos		Setores											Total Geral	
		Primário	Não-Agrícola											
			Secundário	Terciário								Total		Total
				Serviços Modernos				Heterogêneo						
				Públicos e à Comunidade	Financeiros e similares	Técnicos/ Profissionais	Total	Pessoais, similares e outros	Comércio	Total				
1980	Emprego	46,9	91,6	96,6	98,9	94,4	96,6	40,6	84,3	58,1	76,2	81,6	71,2	
	Subemprego	53,1	8,4	3,4	1,1	5,6	3,4	59,4	15,7	41,9	23,8	18,4	28,8	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
1991	Emprego	36,0	71,4	91,1	95,0	60,9	87,7	25,6	32,5	28,4	55,3	60,0	54,5	
	Subemprego	64,0	28,6	8,9	5,0	39,1	12,3	74,4	67,5	71,6	44,7	40,0	45,5	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
2000	Emprego	41,5	84,7	95,3	97,4	89,5	94,4	38,5	80,1	59,3	75,1	77,6	70,9	
	Subemprego	58,5	15,3	4,7	2,6	10,5	5,6	61,5	19,9	40,7	24,9	22,4	29,1	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
2010	Emprego	38,9	81,5	94,6	95,9	92,8	94,4	54,1	78,0	64,2	76,0	77,3	71,8	
	Subemprego	61,1	18,5	5,4	4,1	7,2	5,6	45,9	22,0	35,8	24,0	22,7	28,2	
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

Tabela 4

Variações anuais do subemprego, emprego e ocupação (%)

	Subemprego			Emprego			Ocupação		
	Urbano	Agrícola	Total	Urbano	Agrícola	Total	Urbano	Agrícola	Total
1991/1980	224,9	32,0	118,4	4,9	-36,2	-3,2	45,4	0,1	31,8
2000/1991	-31,8	-19,5	-27,7	65,0	34,2	61,0	25,2	-3,5	18,7
2010/2000	40,4	5,7	27,5	37,9	-5,3	33,2	38,5	1,1	31,6
2010/1991	-4,2	-14,9	-7,8	127,5	27,1	114,5	73,4	-2,4	56,2
2010/1980	211,23	12,34	101,42	138,78	-18,92	107,72	152,11	-2,31	105,91

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

Por fim, poderíamos salientar que uma das poucas evidências positivas do período recente seria a queda do subemprego dos serviços pessoais, similares e outros, ainda que entendamos que sua permanência seja relativamente delicada, uma vez que depende da continuação da queda do desemprego e do aumento da massa de salários em meio a um padrão de crescimento econômico frágil e cuja demanda de produtos industriais vem sendo

crescentemente complementada pela oferta externa, sobretudo se observados os produtos de alta intensidade tecnológica.⁴¹

Comentários finais

No período 1980-2010, a economia brasileira não conseguiu reverter o grande número de desempregados e subempregados que habitam seu mercado de trabalho. Uma de suas mais notáveis consequências é a geração de um grande setor terciário mal remunerado e que, desde a década de 1990, é acompanhado de uma grande taxa de desemprego aberto, o que restringe ainda mais as possibilidades de que os de baixo obtenham êxito em suas estratégias de sobrevivência. Para tanto, consideramos que duas são as suas causas principais. Por um lado, a crise estrutural do capital, por outro, o aprofundamento da heterogeneidade estrutural, cujo pilar básico, a questão agrária, permanece, em grande medida, intocada.⁴²

Nesse sentido, é possível afirmar que a dependência econômica, tal como analisada por Caio Prado Jr., não apenas não foi superada como parece ter sido colocada em um novo patamar, indicando uma reversão neocolonial.⁴³ Os graus de heteronomia parecem ter sido ampliados, uma vez que o espaço nacional continua a não estar consolidado como elo estratégico do processo de reprodução ampliada nem parece ter ocorrido alguma alteração significativa na distribuição de renda, sobretudo se observarmos sua distribuição funcional.⁴⁴ Refém pelo fato de não ter a propriedade de parte relevante e estratégica do capital produtivo instalado no seu próprio espaço econômico, assim como tampouco possui autonomia financeira nem tecnológica, o país viu seu parque industrial submergir desde os anos 1980 e, mais rapidamente, a partir dos anos 1990.

Ademais, o Estado passou a permitir também que formas flexibilizadas de contratação da força de trabalho fossem disseminadas, assim como os sindicatos, que não apenas perderam força como também aderiram a projetos que parecem não visar exatamente a proteção dos direitos trabalhistas. É notável que a atuação sindical nas últimas décadas, mais preocupada com negociações corporativas do que com o combate a seu antagonista de classe, não contribuiu como poderia para que a economia brasileira abandonasse a incômoda alcunha de heterogênea.

⁴¹Ver Nassif, Feijó, Araújo (2013).

⁴²Ver Sampaio Jr. (2013) e Silva (1997).

⁴³Ver Sampaio Jr. (2011, p. 93-95).

⁴⁴Ver Dedecca (2006, p. 304-305).

Antes de as responsabilidades sobre o quadro mais geral da economia, e mais específico sobre o mercado de trabalho, serem imputadas ao avanço ideológico representado pelo neoliberalismo, deveríamos problematizar mais detidamente os significados da associação recente dos sindicatos com o Estado, uma vez que mesmo sua cupulização não parece representar um avanço para a democracia no Brasil.

De modo geral, o avanço da desindustrialização abriu portas para a perda de empregos, sobretudo daqueles de melhor remuneração, visto que o subemprego vem tendo sua participação ampliada. O crescimento econômico baseado no crescimento da ocupação nos serviços, e com diminuição da importância da indústria no emprego e no PIB, produz um aumento da marginalidade, aqui basicamente identificada como subemprego, e que partem de uma patamar salarial muito baixo.

A última década não foi suficiente para reduzir significativamente a taxa de desemprego nem muito menos a heterogeneidade estrutural, anteriormente já estabelecidas em níveis muito elevados. Isto nos leva a crer que há a necessidade de estudos de longo prazo sobre o mercado de trabalho, pois estes permitem ver a economia para além de seus ciclos mais curtos, os quais têm intervalos cada vez menores e acompanhados por crises de vulto às vezes impressionante. Portanto, uma análise que não perca de vista a dinâmica setorial que levou à formação de um mercado de trabalho urbano tão inchado, permite um olhar privilegiado sobre as continuidades e mudanças de longo prazo do padrão histórico de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira. Ou seja, abre-se a perspectiva de serem observadas com maior cuidado as influências da inserção externa da economia, do padrão da demanda interna e das desigualdades produtivas regionais e setoriais sobre o mercado de trabalho como um todo, e não apenas sobre o mercado de trabalho não-agrícola focado no setor secundário.

Ainda que o desemprego tenha decrescido notavelmente na última década, o mercado de trabalho é um retrato das condições sociais e econômicas de um país ainda dependente e subdesenvolvido, cujas forças produtivas, entendidas tanto como os bens de produção como a força de trabalho, continuam a passar por um processo de regressão.

Bibliografia

ALVES, Giovani (2006). *Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo (2001). *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal*. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.), *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Ricardo (2006). *Construção e desconstrução da legislação social no Brasil*. In: _____ (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BACCARIN, José Giacomo; FURLANETO, Thânia Karoline; SILVA, Bruna Matsufugi; GEBARA, José Jorge. Expansão, mudanças tecnológicas e ocupação sucroalcooleira no Estado de São Paulo, 2007 a 2012. In: *51º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Belém, 2013.

BALTAR, Paulo; PRONI, Marcelo (1996). *Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial*. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso; MATTOSO, Jorge (coord.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

BALTAR, Paulo; DEDECCA, Cláudio Salvadori; HENRIQUE, Wilmês (1996). *Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil*. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso; MATTOSO, Jorge (coord.). *Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

BALTAR, Paulo; SANTOS, Anselmo; KREIN, José Dari; LEONE, Eugênia; PRONI, Marcelo; MORETTO, Amilton; MAIA, Alexandre Gori; SALAS, Carlos (2010). *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira*, *Working Paper 9*, Global Labor University, 2010.

BRENNER, Robert (2006). *La economía de la turbulencia global: las economías capitalistas avanzadas de la larga expansión al largo declive, 1945-2005*. Madri: Ediciones Akal, 2006.

CARNEIRO, Ricardo. *Desafios dos desenvolvimento brasileiro*. In: IPEA. *Desafios para o desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2011.

CHESNAIS, François (2005). *O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos*. In: CHESNAIS, François. (Coord.) *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DEDECCA, Cláudio. A redução da desigualdade de renda no Brasil: uma estratégia complexa. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel; ULYSEA, Gabriel (orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, vol. II, pp. 299-330, 2006.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2010*. *Estudos e Pesquisas*, São Paulo, nº 5, março de 2011.

FERNANDES, Florestan (1975). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Editora Globo, 2005.

GALVÃO, Andreia. O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade. In: *VI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo (ALAST)*, Cidade do México, 2010.

_____. Acordo Coletivo Especial: um “neocorporativismo”. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos, 15 de novembro de 2012.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e desenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimeneto nacional em Celso Furtado*. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Economia da Unicamp, mimeo, 2009.

HARVEY, David. *The new imperialism*. New York: Oxford University Press, 2003.

HOBSBAWM, Eric John Ernest (1995). *A era dos extermos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1980*. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2013.

KREIN, José Dari (2009). *Tendências Recentes das Relações de Trabalho no Brasil*. In: Baltar, Paulo Eduardo; Krein, José Dari; Salas, Carlos. *Economia e Trabalho: Brasil e México*. São Paulo: LTr, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso de (1975). *O capitalismo tardio: contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 11ª ed. São Paulo; Campinas: Editora Unesp; Facamp, 2009.

MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane. *O debate sobre a desindustrialização precoce no Brasil: estamos avançando ou regredindo em relação aos países desenvolvidos?* In: AZEVEDO, André; FEIJÓ, Carmem; CORONEL, Daniel (org.). *A desindustrialização brasileira*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de (1972). *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINTO, Anibal (1969). *Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente*. In: SERRA, José (coord.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 44-82.

PORTUGAL Jr., José Geraldo (2012). *Padrões de heterogeneidade estrutural no Brasil*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp, mimeo, 2012.

_____. *Economia regional e os problemas do emprego*. São Paulo: Fundap, 1998.

POCHMANN, Marcio (1999). *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. (2001). *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. (2006). *Desempregados do Brasil*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

POSTONE, Moishe (2007). *Theorizing the contemporary world: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey*. In: ALBRITTON, Robert; JESSOP, Robert; WESTRA, Richard. *Political Economy and global capitalism: the 21st century, present and future*. Londres: Anthem Press, 2007.

PRADO Jr. Caio (1945). *História Econômica do Brasil*. 47ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. (1979). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RODRÍGUEZ, Octávio. Agricultura, subempleo y distribución del ingreso: notas del caso brasileiro. In: *Economía de América Latina, Cidade do México*: CIDE, nº 13, pp. 63-77, 1º semestre de 1985.

SAMPAIO Jr. Plínio Soares de Arruda. Metástase da Crise e Aprofundamento da Reversão Neocolonial. *Crítica e Sociedade: revista de Cultura Política, Uberlândia*, vol. 1, 2011.

_____. *Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária*. Mimeografado, 2013.

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira (2006). *A nova crise do sindicalismo internacional*. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

SILVA, Lúcia Maria Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 11, nº 2, p. 15-25, 1997.

SOUZA, Paulo Renato Costa (1980). *Salário e emprego em economias atrasadas*. Campinas: Unicamp-IE, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia americana. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 5, nº 2, abril/junho de 1985.